

Análise do Documentário “Blood Money – Aborto Legalizado”: um Filme como Versão dos Argumentos “Pró-Vida”¹

Edilberto Vinícius Brito NASCIMENTO²

Renata ALBUQUERQUE³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

Um estudo do documentário “Blood Money – Aborto Legalizado” (2013) – do diretor David K. Kyle e com narração da ativista norte-americana Alveda King – a partir do ponto de vista da padronização dos entrevistados ditos contra a legalização e o direito ao aborto nos Estados Unidos, os “pró-vida”. Também se pretende verificar neste *paper* o uso de artifícios sensacionalistas, no gênero do cinema estudado, para se chegar a um tipo específico de discurso e efeito.

Palavras-chave: cinema; documentário; “Blood Money – Aborto Legalizado”; “pró-vida”; sensacionalismo; discurso.

Introdução

Esta pesquisa tem como objeto de estudo “Blood Money – Aborto Legalizado” (2013), filme de 78 minutos do diretor David K. Kyle e com participação da ativista Alveda King – como já suspeita o sobrenome, sobrinha do líder norte-americano dos direitos civis Martin Luther King. A pergunta que norteia o estudo é a seguinte: o filme “Blood Money – Aborto Legalizado” discute a questão do aborto amplamente ou é construído para ouvir apenas os entrevistados e argumentos “pró-vida”?

O objetivo geral da pesquisa é entender se o documentário “Blood Money – Aborto Legalizado”, pretendendo discutir um assunto polêmico, o aborto – nos Estados Unidos, legalizado há mais de 40 anos – segue uma pluralidade de perspectivas de enunciação⁴. São objetivos específicos (a) estudar o discurso textual no dito documentário para verificar estratégias de sensacionalismo; (b) notar se a presença de Alveda King como narradora se

¹ Trabalho apresentado no DT 4 – Comunicação Audiovisual, GP Cinema, do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de graduação da turma 2012.1 do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e-mail: viniciusdebrito@ymail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e-mail: renatacca@yahoo.com.

⁴ No campo científico da Comunicação, em especial no Jornalismo, “somente a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo plural e representativo da diversidade social.” (MACHADO, 2006, p. 9). Nesta pesquisa, a pluralidade de perspectivas necessária no jornalismo é estendida ao entendimento de um documentário que trate sobre uma questão polêmica, sobre a qual girem argumentos e posicionamentos diversos.

encaixa dentro do que Chauí denomina como discurso competente (2007), por ela ser sobrinha do líder dos direitos civis dos EUA Martin Luther King; e (c) notar possíveis contribuições do dito documentário sobre o mercado do aborto nos Estados Unidos.

Têm-se, para isso, as hipóteses (I) de que o roteiro e a produção do filme se baseiam, unicamente, nos argumentos de pessoas contrárias à legalização e ao direito do aborto nos Estados Unidos e (II) a hipótese de que o diretor da película usa de artifícios sensacionalistas (GOMES, 2006) com a padronização dos entrevistados declarados “pró-vida”.

Aqui, acredita-se que “os métodos mais precisos e fiáveis de aproximação dos sujeitos à realidade são os métodos científicos e o conhecimento mais fiel da realidade, pelo menos da realidade fenomenológica perceptível, é o conhecimento científico” (SOUSA, 2006, p. 609). Entendendo isso em uma escala mais local, pode-se afirmar que esta pesquisa é guiada por um tipo de metodologia sobre a imagem e seus significados:

Analisar um filme é sinónimo de decompor esse mesmo filme. E embora não exista uma metodologia universalmente aceite para se proceder à análise de um filme (Cf. Aumont, 1999) é comum aceitar que analisar implica duas etapas importantes: em primeiro lugar decompor, ou seja, descrever e, em seguida, estabelecer e compreender as relações entre esses elementos decompostos, ou seja, interpretar (Cf. Vanoye, 1994). (PENAFRIA, 2009, p. 1).

Sabe-se, ainda, que o “valor informativo atribuído às imagens depende menos de seu conteúdo que da atitude muito particular dos historiadores em frente do material iconográfico” (SORLIN, *apud* CORDEIRO, 1996, p. 4) e que a “tentativa de incursão no universo da imagem é instigante, mas, ao mesmo tempo demanda cautela, uma vez que envolve um todo repleto de ramificações, leituras e questionamentos de diversas ordens, em diferentes momentos” (CORDEIRO, 1996, p. 2). Tampouco há a pretensão aqui de representar o todo pela parte, pois, no que diz respeito à análise fílmica, “considerando-se a imagem, não há como. Será sempre um fragmento do todo fílmico-imagético” (CORDEIRO, 1996, p. 6). E, em se tratando do gênero documentário – como o é o filme “Blood Money – Aborto Legalizado” – compreende-se que “é um gênero fortemente marcado pelo olhar do diretor sobre seu objeto. O documentarista não precisa camuflar a sua própria subjetividade ao narrar um fato” (MELO, 2002, p. 12).

No entanto, apesar da carga subjetiva no universo imagético e textual no documentário, em particular no longa-metragem “Blood Money – Aborto Legalizado”, o filme é visto como uma “obra artística autônoma, suscetível de gerar um texto (análise textual) fundando suas significações sobre as estruturas narrativas (análise narratológica), os dados visuais e sonoros (análise icônica) e produzindo um efeito particular sobre o

espectador (análise psicanalítica)” (AUMONT, J.; MARIE, M. *apud* CORDEIRO, 1996, p. 5). Nesta pesquisa, a análise textual e narrativa sobre o dito corpus é guiada pelos estudos do linguista francês Charaudeau (2006).

Entende-se, para começo de discussão, que para fazer a análise de um filme cujo tema central é o aborto, é necessário fazer um breve histórico sobre o tema. É sabido que quando o feminismo nasceu, na década de 1960, no movimento intitulado como primeira onda feminista, o quadro social, político, cultural e ideológico da Europa era um terreno fértil para o surgimento de novas ideias e lutas das minorias.

Juntamente com os movimentos Híppie e negro, a luta pelos direitos dos homossexuais e muitos outros, o feminismo surgiu para levantar uma bandeira de igualdade de uma parcela menos favorecida da população: as mulheres. A partir de então, elas querem que seu gênero se equipare ao masculino em direitos. Inclusive, em ter direito ao próprio corpo, como detinham os homens, o que inclui a escolha individual de prosseguir com uma gestação ou abandoná-la caso seja indesejável – e não apenas em casos específicos de anencefalia, risco de vida da mãe e do feto ou sofrimento de violência sexual, como acontece em países como o Brasil ainda hoje.

A luta pelo direito à descriminalização do aborto (SAL, 2000) não veio em um primeiro momento. Foi apenas na década de 1970, com a divulgação de ideias de liberdade sexual e amor livre e com o advento da pílula anticoncepcional que as mulheres passaram a lutar pela bandeira do aborto que, para elas – dentro de um pensamento feminista –, representa uma questão prioritária de direitos humanos e requisito necessário para consolidação da igualdade de gênero e democracia.

Porém, a grande questão em torno do debate da descriminalização do aborto é que a argumentação ainda gira em torno de um maniqueísmo: os que defendem a legalização do ato são taxados de “assassinos” enquanto os que são contrários à prática liberada são taxados como “pró-vida”. Muitas vezes, ignoram-se questões de saúde pública, direitos humanos e igualdade de gênero. Grande parte desse entrave no debate se deve às marcas que o Cristianismo e seu discurso competente (CHAUÍ, 2007) deixaram na sociedade sobre o casamento, a concepção e o sexo.

No entanto, sabe-se que:

Defender a descriminalização ou legalização do aborto é lutar por um projeto de sociedade equânime nas relações de gênero, tendo a equidade como princípio e diretriz para que as diferenças possam ser convividas e vivenciadas dentro do mesmo espaço. Ao negar a subsunção das mulheres à maternidade, afirmando que elas podem ser mulheres na sua integralidade sem ter filhos e dissociando sexualidade e reprodução, constrói-se a ancoragem necessária para tratar do aborto no âmbito dos direitos humanos e dos direitos reprodutivos e sexuais (PIMENTEL, 2012).

Fundamentação Teórica

O aborto tem se mostrado como uma questão polêmica ao longo da História. Neste *paper*, aborto é entendido segundo a definição do Dicionário ideológico feminista (2000):

De um ponto de vista feminista, quase universal, o aborto é uma agressão ao corpo e à psique da mulher que há de evitá-lo por todos os meios, mas que na última instância lhe agride menos fazê-lo do que o faria a continuação da gravidez quando ela decide interrompê-la. (...) O aborto provocado, desde que existe patriarcado, esteve e está controlado pelos homens. (SAL, 2000, p. 11, tradução nossa).

De acordo com esse dicionário, “o homem reservou-se o direito de intervir legalmente no aborto, seja para dizer que não constituía crime; que, sim, constituía crime; ou para trocar uma posição pela outra” (SAL, 2000, p. 11, tradução nossa). Sabe-se, ainda, que “a democracia nasce de várias contradições: é preciso que o maior número de cidadãos tenha acesso à informação, mas nem todos os cidadãos se encontram nas mesmas condições de acesso” (CHARAUDEAU, 2009) e também “é preciso que a informação em questão seja digna de fé, mas suas fontes são diversas e podem ser suspeitas de tomada de posição parcial, sem contar que a maneira de relatá-la pode satisfazer a um princípio de dramatização deformante” (CHARAUDEAU, 2009).

Charaudeau (2009) diz que a finalidade do contrato de comunicação midiática consiste numa tensão entre duas visadas: a visada de saber fazer e a visada de fazer sentir. A primeira delas diz respeito ao dever de informar tendo o compromisso com a verdade, a seriedade, a credibilidade. Já a visada de fazer sentir – ou de captação –, que domina o discurso publicitário, por exemplo, tem o objetivo de seduzir o receptor, que se supõe não natural, não passivo, e não conquistado anteriormente pelo interesse despertado pela mensagem. A mídia procura, aí, atingir o emocional do público, o que vai totalmente de encontro ao efeito de racionalidade da visada de informação. É importante salientar que o discurso de fazer sentir não se aplica apenas ao campo publicitário, mas a qualquer tipo de informação que tenha como objetivo captar o receptor pelo senso afetivo.

No tangente ao exercício e às visadas da instância midiática, um conceito chave é a ideia de credibilidade. A mídia busca ao máximo ser credível, ou – pois é daí que decorre sua legitimidade. A partir daí, os meios se utilizam de várias “técnicas”, por assim dizer, para garantir a veracidade do que é transmitido: busca-se dizer o exato, ou seja, o que coincide exatamente com a realidade; dizer o que aconteceu através de analogias, o que busca garantir a verossimilhança do que é relatado; fornecer as provas das explicações – os motivos e consequências dos fatos.

Apesar disso, na visada de saber fazer, mais racionalizante, o senso de “crer que o que se diz corresponde ao verdadeiro” é maior do que na visada de captação, que “encontre-se engajada na busca do maior número de cidadãos consumidores de informação. Mas quanto maior for o número a atingir, (...) menos os meios para atingi-los dependem de uma atitude racionalizante” (CHARAUDEAU, 2009, p.91). Sendo assim, uma vez que a credibilidade está intrinsecamente ligada à ideia de racionalidade, o discurso de captação pode fugir à regra e apresentar distorções na informação.

No sentido inverso, está o conceito de sensacionalismo, definido pelo ato de “distorcer os fatos mediante a acentuação dos aspectos que provocam reações emocionais, não racionais, na linha de uma exacerbação desproporcional do interesse” (GOMES, 2006). Muitas vezes, posturas sensacionalistas são reforçadas pelo que Charaudeau (2009) chama de critérios da polêmica e da expressão: enquanto o primeiro propõe “confrontos” entre posições antagônicas ou faz declarações impactantes, o segundo consiste em transmitir um texto coerente e simples, de fácil entendimento. Tais recursos de dramatização e clareza da informação são frequentemente utilizados nas mídias que têm uma visada de captação em relação ao público.

Ideologia e discurso competente também são conceitos utilizados na análise do documentário. Antes mesmo de apresentar a questão do discurso competente, "O discurso competente", texto de Marilena Chauí, procura pincelar o significado da palavra *ideologia* e de que forma ela se manifesta na sociedade. Diferentemente do que acredita Karl Marx, ao conceituar a ideologia como uma “representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes” (p.1, 2007), e também do pensamento de Platônico, que enxerga a ideologia como “a inversão imaginária do processo histórico na qual as ideias ocuparam o lugar dos agentes históricos reais” (p.1, 2007), Chauí volta seu olhar para o ocultamento de realidade provocado pela ideologia.

O discurso ideológico é aquele que pretende [...] obter a identificação de todos os sujeitos sociais como uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. [...] A ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado. (CHAUÍ, 2007, p. 1)

Ou seja: quando a classe dominante estende seu olhar de mundo aos outros, faz sumir outras “versões da história”. Tomando como exemplo o caso da meritocracia, o discurso dominante - da classe que detém o poder de fala - é de que todas as pessoas têm igual condição de alcançar um bom status financeiro e social, com qualidade de vida, contanto que trabalhe. No entanto, esse discurso dominante oculta uma série de dificuldades e carências enfrentadas pelas pessoas menos favorecidas que as impede de alcançar o posto

defendido pela meritocracia.

Outro ponto importante em relação à ideologia, como observa Chauí, é que ela não tem “lugar” ou “tempo” histórico, ou seja, representa os sujeitos e as relações sociais através de ideias que possam beneficiar os que sustentam o discurso dominante, independente da época e lugar da história.

Na ideologia as ideias estão sempre 'fora do lugar', uma vez que são tomadas como determinantes do processo histórico quando, na verdade, são determinadas por ele. Isto [...] indica apenas que elas não precedem o real, pois o exprimem, seja na forma imediata do aparecer, seja na forma imediata da reflexão. [...] Em suma: "as ideias deveriam estar nos sujeitos sociais e em suas relações, mas, na ideologia, os sujeitos sociais e a as relações é que parecem estar nas ideias. "Também sabemos que a ideologia não tem história. [...] As transformações ocorridas em discurso ideológico não dependem de uma força que lhe seria imanente e que o faria transformar-se e, sim, que tais transformações decorrem de outra história que, por meio da ideologia, a classe dominante procura escamotear. [...] Estando a ideologia a serviço da dominação de uma classe social historicamente determinada, necessariamente a atualidade da dominação exercida exigiria que as ideias estivessem encravadas em seu próprio tempo. (CHAUÍ, 2007, p. 2)

Partindo do paradoxo de que “as ideias devem estar encravadas em seu próprio tempo e espaço” para garantir a existência da ideologia, Chauí passa, então, à diferenciação da ideologia e do saber. Enquanto o saber parte do trabalho e do pensamento para obter a “verdade”, a ideologia aposta em algo previamente estabelecido para validar seu poder. Um bom exemplo disso é o reconhecimento tardio do trabalho de Galileu Galilei. Quando o cientista fez suas descobertas sobre o sistema solar, a física punha em risco a dominação do discurso cristão e católico, motivo pelo qual apenas quando a burguesia tomou o poder e passou a ter representação como classe dominante, Galileu foi reconhecido. Porque era confortável à burguesia ter uma voz que validasse sua ideologia.

A ideologia teme tudo quanto possa ser instituinte ou fundador, e só pode incorporá-lo quando perdeu a força inaugural e se tornou algo já instituído. Por essa via podemos perceber a diferença entre ideologia e saber, na medida em que, neste, as ideias são produto de um trabalho, enquanto naquela as ideias assumem forma de conhecimentos, isto é, de ideias instituídas. (CHAUÍ, 2007, p. 3)

Posteriormente, Marilena Chauí traz a questão da burocratização da sociedade e sua forma de organização em hierarquias - válidas para todas as classes, estruturas e postos de trabalho - como imprescindível para a validação do argumento de autoridade e do discurso competente. Só está autorizada a falar uma pessoa que ocupe certa posição social em certo tempo da história. Este falar também não pode ser dirigido a qualquer pessoa. Retomando o exemplo de Galileu Galilei, à época de sua descoberta, ele certamente não era um discurso competente ou autorizado, porque para a igreja, que detinha uma quantidade gigantesca de poder e, portanto, regravava os discursos, não era interessante que a máxima de Galileu fosse verdadeira. Esse caso também é interessante para notar o quanto mesmo em uma sociedade cientificista como a nossa, os discursos competentes não habitam somente a

pesquisa e estudo científicos, mas também na igreja, família, Estado, instituições com ideias “fora do tempo e do lugar” que também são responsáveis por espalhar suas ideologias àqueles que estão abaixo de sua hierarquia.

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado [...] porque perdeu os laços com o lugar com o tempo de sua origem. [...] Haverá tantos discursos competentes quanto lugares hierárquicos autorizados a falar e a transmitir ordens aos degraus inferiores e demais pontos da hierarquia que lhe forem paritários. Sabemos também que é um discurso que não se inspira em ideias e valores, mas na suposta realidade dos fatos e na suposta eficácia dos meios de ação. Enfim, também sabemos que se trata de um discurso instituído ou da ciência institucionalizada e não de um saber instituinte e inaugural e que, como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular sob a capa da cientificidade a existência real da dominação. (CHAUI, 2007, p. 4)

ANÁLISE DO CORPUS

0’ a 20’

Alveda King faz as vezes de narradora no documentário “Blood Money – Aborto Legalizado” (2013). “A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar”, cita, no início do longa-metragem, uma frase do tio Martin Luther King. Ali, ela representa o “critério de notoriedade”: “uma das funções da mídia é dar conta dos atores do espaço público que estejam mais em foco, que tenham responsabilidades coletivas” (CHARAUDEAU, 2009, p. 144). E o discurso que se vai usar depois é revestido por um véu dogmático; é um “discurso competente” (CHAUI, 2007).

“Blood Money” é apresentado a partir de um texto repetitivo e de elementos sensacionalistas – isso “consiste em distorcer os fatos mediante a acentuação dos aspectos que provocam reações emocionais, não racionais, na linha de uma exacerbação desproporcional do interesse” (GOMES, 2006, p.107) – como o fundo musical e a inflexão do tom da fala da narradora:

Vida, ela não se define por tamanho, ela não se define pelo lugar ou por necessidade de um ambiente específico. Ela não se define pelo nível de desenvolvimento nem pela capacidade de se defender. (...) Vida, nós a reconhecemos quando a vemos, nós reconhecemos melhor quando a vemos ser tirada (KYLE, 2013).

De acordo com Charaudeau (2009), quanto mais o discurso pende para o sensacionalismo, menos racional é. O pesquisador também aponta que esse artifício é usado para uma necessidade das mídias (o cinema inclui-se aí): chegar a um número maior de público: “A instância midiática acha-se, então, ‘condenada’ a procurar emocionar seu público (...), a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida. O efeito produzido (...) encontra-se no extremo oposto ao efeito de racionalidade” (CHARAUDEAU, 2009, p. 92).

Depois, a narradora explica para o telespectador: “você vai ouvir *testemunhas individuais da vida real* e comentários de *especialistas*” (KYLE, 2013, grifo nosso). Aqui, nota-se a busca pela credibilidade ao recorrer a especialistas e a testemunhas, que cumpririam o papel de “dizer o exato”: “é dar a impressão de controlar o mundo no instante em que ele surge, e nada nem ninguém poderia se opor a essa verdade capturada” (CHARAUDEAU, 2009, p. 90).

A seguir, Alveda King mostra-se inflexível: “poucos marcos culturais são tão visíveis ou tem um impacto de tão grande magnitude sobre nossa sociedade e ele [a legalização do aborto] surgiu mediante a manipulação dos mais sugestionáveis numa campanha de *mentiras*, burlando o Poder Legislativo” (KYLE, 2013, grifo nosso). Tendo em vista que o documentário questiona a legalização do aborto nos Estados Unidos, constitui-se uma denúncia: “se é um outro sujeito que revela a intenção oculta, a revelação consiste numa *denúncia*, mas é preciso então apresentar a prova” (CHARAUDEAU, 2009, p. 90, grifo do autor).

“Nas mídias, os procedimentos que permitem provocar revelações são as entrevistas, os bate-papos e os debates” (Ibid., 2009, p. 90). Antes, porém, a narradora de “Blood Money” coloca como referencial a ciência: “para justificá-lo [o aborto], a Justiça ignorou fatos científicos incontestáveis.” Então, a primeira fonte especializada, a Dra. Claire Thuning-Roberson, discursa: “em 1857, a Associação Médica Americana declarou a existência individual real da criança antes do nascimento como um ser vivo. É uma questão de ciência objetiva” (KYLE, 2013). Em seguida, fala o representante da Americans United for Life – “equipe de advogados pró-vida” – e o ministro presidente do Tribunal. Os dois “comprovam” o discurso dito anteriormente.

Na mesma linha, o representante do Life Training Institute, Scott Klusendorf, diz que não cabia à Justiça se pronunciar sobre o aborto. Já o presidente de The Justice Foundation, ou Texas Justice Foundation, Allan E. Parker declara: “‘Não se sabe quando a vida humana se inicia’, ora, isso é uma mentira intelectualmente desonesta” (Ibid., 2013). “Esse argumento de que não se sabe quando a vida começa é um argumento baseado em nenhum fato biológico”, insiste o representante da Family Research Council, Dr. David Prentice.

Pode-se dizer que a insistência do tema em “Blood Money” – em pouco espaço de tempo, quatro foram os especialistas “pró-vida” afirmando que, biologicamente, o aborto é inaceitável – já consiste em *argumentum ad nauseam*. Mas continua a narradora em *off*, “ao

derrubar as leis contra o aborto, a Justiça inventou um direito das mulheres que nunca existiu e subtraiu dos nascituros o direito que sempre existiu” (Ibid., 2013) – e o discurso não considera o feminismo e as mudanças ideológicas pela qual passou a sociedade norte-americana.

Contraditoriamente, o Dr. David Prentice introduz um novo fato; segundo ele, no ser humano em desenvolvimento, o batimento cardíaco inicia-se em torno de 23 a 25 dias. Daí poder-se-ia concluir um equívoco ao apontar que “o ser humano existe no primeiro dia”. Depois, fala o membro da Pro-Life Action League Joseph Scheider: “Já conversei com centenas de aborteiros e todos eles, sem exceção, disseram em dado momento: ‘sou um assassino” (Ibid., 2013). Aqui, é importante destacar a “vilificação” dos aborteiros, para isso, usa-se o depoimento da “aborteira” Carol Everett, “eu já entrei numa clínica dizendo que aquilo [feto], mas entrava no banheiro para conferir se todas as partes de um feto de quase seis semanas estavam lá” (Ibid., 2013).

Então, duas mulheres, “testemunhas individuais da vida real”, falam sobre o aborto a que recorreram. Ashley e Dona foram aconselhadas por médicos a realizá-lo; Dona diz: “[o oncologista] me incentivou a fazer o aborto para salvar a minha vida e também para me livrar de um filho que seria totalmente incompatível com a vida em tratamento” (Ibid., 2013). O discurso cristão então surge mais evidente – isso porque ele está impregnado nas fontes que delimitam o documentário, inclusive na narradora, a qual é diretora do African American Outreach for Gospel of Life, informação que não está no documentário – nas falas de dois reverendos, Frank Pavone e Clenard Childress. “Um mito é o que nós podemos negar a proteção aos filhos enquanto no útero” (Ibid., 2013).

Pelo dito parentesco com Luther King, Alveda sugere um novo argumento. Ela pensa que, se os abortos continuarem, a coletividade afroamericana entrará em declínio populacional, “pois não teremos a taxa de reposição de 2,1% necessária para manter uma população estável” (Ibid., 2013). Completa: “com o tempo, a nossa população distinta se tornará politicamente irrelevante. Tudo pelo que temos lutado e conquistado até hoje em nossa história não terá sido nada além de um breve momento” (Ibid., 2013). Aí se notam três falhas de “exigência objetiva da informação”, como classifica Gomes (2006): o sensacionalismo, a “manipulação do passado”⁵ e a “generalização de fatos parciais”⁶. O

⁵“Consiste em realizar uma apresentação do atual como uma repetição do passado, quando essa traz consigo, na mentalidade das pessoas, ressonâncias negativas e positivas na linha de preconceitos.” (GOMES, 2006, p.108).

⁶“Consiste em generalizar abusivamente fatos que, por sua natureza e características, são individuais. (...) Em todo caso, a finalidade da generalização abusiva é fazer com que as unidades que integram essa realidade recebam, a priori, um juízo favorável ou adverso pelo simples fato de pertencer a ela” (GOMES, 2006, p.109).

pensamento de Alveda não leva em consideração o fenômeno mundial de baixa natalidade nem o enquadramento sociológico da questão da natalidade maior entre os afroamericanos; sem questionar se tal parcela da sociedade tenha menos acesso a métodos contraceptivos e educação sexual formal.

20' a 40'

Abstendo-se de discutir temas controversos e difíceis aos que se posicionam contra a prática da interrupção da gestação, “Blood Money” tergiversa e vai tratar dos lucros das clínicas de aborto nos Estados Unidos, o que não é cerne da questão. O filme também se envereda pelo campo da especulação ao sugerir um suposto processo de eugenia em andamento nos EUA.

No documentário, há uma refuta da ideia de que a escravidão foi a pior prática cometida contra os afrodescendentes. O Reverendo Levon Yuille afirma:

Como afro americano eu sei que a maioria das pessoas considera a escravidão como sendo a pior coisa que já aconteceu nos EUA, mas devido ao fato de eu estar aqui vivo hoje, e o aborto certamente não teria me facultado esse privilégio, então eu digo que o aborto é a pior coisa que já aconteceu nos EUA (Ibid., 2013).

São expostas estatísticas para mostrar que as mulheres negras são as que mais praticam o aborto no país, resultando assim em uma diminuição da população negra, contudo ao mostrar tais dados o diretor não situa o aborto em um contexto socioeconômico, e acaba por discutir a prática apenas do ponto de vista moral. O filme não problematiza a razão desta escolha, colocando que todas as mulheres abortam apenas pela pressão de familiares ou assistentes sociais.

A questão da iniciação precoce da prática sexual é apontada como um fator de aumento de gravidez indesejada. Aponta-se então o aborto como uma correção dos métodos contraceptivos, pois no documentário são apresentados dados que mostram uma grande falha desses métodos e destacam a falta de compromisso dos jovens com seu uso. Tais números são colocados como uma forma de autenticação. “Autenticar é uma atividade que consiste em fazer crer na coincidência, sem filtragem nem falsas aparências, entre o que é dito e os fatos descritos” (CHARAUDEAU, 2009, p. 88).

Contudo, os dados mostrados no documentário não possuem fontes científicas e os entrevistados despejam afirmações, na maioria das vezes, infundadas.

Haviam dados verdadeiros antes do aborto ser legalizado quando entre quarenta e setenta mulheres morriam por ano por abortos nos EUA. Mas o problema é que então todos eram amplamente divulgados e depois de Roe contra Wade todos foram omitidos. Por isso *nós cremos* que entre cinquenta e cem mulheres morrendo pelo chamado aborto legal é *provavelmente* ainda é o número mais preciso nos EUA” (KYLE, 2013).

Dessa forma, a narrativa não se encaixa no discurso competente citado por Marilena Chauí que diz: “O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (CHAUÍ, 2007).

Nesse cenário, em que as jovens grávidas são tidas como confusas e incapazes de tomar decisões por si mesmas, é apresentado o que, na perspectiva da narrativa, é um grande vilão: a comercialização do aborto. É mostrado o trabalho da Paternidade Planejada que é uma federação que faz abortos legais nos EUA. Demonizam essa federação e colocam sua fundadora, Margaret Sanger, como nazista.

Ao associar os abortos realizados pela Paternidade Planejada ao nazismo o autor generaliza tais atos como desesperados e desnecessários, ignorando os motivos individuais de cada caso. É bastante claro que o documentário mostra-se contrário à prática abortiva. Condena a ação não se preocupando em analisar as causas através de depoimentos pró-aborto mesmo que seja para contestá-las. No discurso competente isso é refutado: “a racionalidade dos meios de ação inutiliza automaticamente qualquer questão acerca da racionalidade dos fins de ação” (CHAUÍ, 2007).

Mesmo se propondo a abordar de forma argumentativa, o autor acaba utilizando-se do apelo emocional. Aparecem depoimentos de mulheres que realizaram o aborto e se arrependeram, histórias hipotéticas em tom de melancolia são narradas, imagens de mulheres chorando são mostradas e tudo como uma forma de despertar o emocional dos telespectadores. “A instância midiática acha-se, então, ‘condenada’ a procurar emocionar seu público, a mobilizar afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pelo que lhe é transmitido” (CHARAUDEAU, 2009, p. 92).

“Blood Money” busca persuadir por meio do medo, não há brechas para questionamentos. Não é proposto um diálogo, apenas um monólogo. A narrativa poderia ser proferida por qualquer padre ou pastor, mas ganha ares de juventude rebelde quando é enunciado por garotinhas e por um membro da família de Martin Luther King.

40’ a 60’

Este trecho começa com uma citação de uma suposta consequência comum ao aborto: o suicídio. “Não se fala em estatísticas precisas” (KYLE, 2013): é uma frase proferida pela narradora que explicita a inconsistência de seu discurso, incorrendo em uso

de generalização de fatos parciais, apresentação parcial da verdade e vazios sugestivos na argumentação (GOMES, 2006).

Na qualidade de filme panfletário (CARMELO, 2013), o apelo emocional é gritante em todo o documentário e isso se faz com o intuito meramente de persuadir o espectador, levando-se em conta apenas um lado da questão, defendendo desesperadamente o ponto de vista cristão do assunto. No supracitado trecho, então, o diretor utiliza, como efeitos, personagens em prantos que supostamente teriam passado por situações muito pesadas após terem feito abortos, além de uma senhora que atuou por muito tempo em um centro de aborto relatando suas experiências.

[...] ele não mede esforços para encontrar argumentos racionais favoráveis ao seu discurso, incluindo a afirmação surpreendente de que o aborto seria pior do que a escravidão ou, mais chocante ainda, que ele seria uma versão moderna do nazismo, por impactar principalmente mulheres negras. O aborto, segundo o filme, teria como objetivo reduzir a população negra nos Estados Unidos (CARMELO, 2013).

Ainda segundo Bruno Carmelo (2013), em momento algum o diretor coloca o aborto como cerne do filme partindo de uma visão socioeconômica. Apenas o faz de acordo com preceitos moralistas e religiosos, abusando de chantagem emocional vazia. O roteiro do filme insiste num ponto em que, em teoria, toda mulher que comete aborto passará posteriormente por problemas físicos e em seu corpo, podendo chegar ao suicídio e à infertilidade, generalizando uma questão que, ao contrário do dito, depende de cada caso.

“Blood Money” também peca ao ocultar verdades para manipular o conteúdo passado aos espectadores da película.

[David] Kyle não pretende mostrar que o seu argumento é melhor que os dos militantes “pró-escolha”, ele deseja mostrar que o seu argumento é o único existente (CARMELO, 2013).

Os vazios sugestivos fazem “Blood Money” parecer ter um discurso pseudo-feminista, dizendo supostamente que a proibição do aborto seria um argumento de defesa às mulheres, que seriam violadas por instituições e médicos gananciosos.

60’ a 80’ e Considerações Finais

Quando está prestes a se encerrar, o documentário retoma uma forma apelativa contra o aborto, explorando a higiene das clínicas que o fazem nos EUA. “Via-se de fato sangue no chão, sangue nas paredes. Viam-se baratas e fezes de ratos. Em alguns desses lugares, você não entraria nem pra cortar o cabelo, muito menos para fazer um procedimento cirúrgico” (KYLE, 2013).

Novamente, o documentário se coloca de forma menos imparcial, sem direito a qualquer resposta por parte das clínicas acusadas de falta de higiene. Segundo Pedro Gilberto Gomes (2006), o direito à informação requer que esta seja sempre verdadeira, honesta e convincente. Porém, ainda de acordo com Gomes, existem maneiras de atentar contra a dita verdade.

Apresentação parcial de uma verdade: consiste em ocultar deliberadamente aqueles aspectos da realidade que podem permitir ao cidadão aprender a totalidade dos fatos de forma a poder emitir um juízo livre, pessoal, completo e não dirigido em relação aos fatos em questão (GOMES, 2006, p.107).

Logo após, o documentário mostra novamente seu teor político, atacando o Partido Democrata (Democratic Party) dos Estados Unidos.

Estão construindo gigantescas clínicas de aborto, se antecipando a medicina socializada, porque esperam que se um democrata se tornar presidente dos Estados Unidos, a medicina socializada será introduzida e então poderão cobrar entre mil e 1,5 mil dólares por aborto no primeiro trimestre e tudo será pago pelo governo (KYLE, 2013).

Neste momento, o longa-metragem volta a trabalhar sob especulações, já que não apresenta dados comprobatórios de seus argumentos. O que se percebe é que durante todo o longa-metragem é mostrada uma realidade criada pelos olhos do autor. “As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público” (CHARAUDEAU, 2009, p. 19).

Uma das entrevistadas, Georgette Forney, do grupo Silent no More, afirma que existem estudos que comprovam que o aborto é prejudicial para a mulher e ainda diz que esses estudos estão sendo abafados pelo próprio governo, pois o aborto envolveria muito dinheiro, o qual, fala ela, financiaria campanhas políticas, mas em nenhum momento a fonte cita o nome de pelo menos um dos estudos, deixando essa informação “silenciada”. “Os silêncios: consiste em suprimir determinadas informações, cujo conhecimento poria em dúvida o quadro ideológico sustentado pelos detentores dos meios de comunicação social” (GOMES, 2006, p.108).

O documentário explora de novo as emoções, o movimento de câmera influencia no sentido diegético, ou seja, as imagens corroboram com o espírito do filme, no qual se escolhe uma linguagem que se reforça as idéias do autor. Vê-se isso claramente quando a câmera faz foco nos rostos dos entrevistados; na busca por uma expressão dramática, o autor tenta claramente transmitir suas ideologias através do documentário. “As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (BOURDIEU, 2003).

Por fim, o Dr. Bernard Nathanson cita um vídeo feito por um amigo dele com a câmera dentro do útero da mulher no momento do aborto e ele comenta que viu o feto sendo destruído. Em seguida, o documentário tenta criar uma espécie de consolo, com a escolha de uma música com um tom dramático começam a passar cenas de crianças com suas famílias e mulheres felizes com seus filhos, este fim chega a ser bastante sensacionalista, tema já abordado neste texto. Porém, uma questão pode ser levantada: será que o documentário deve ser imparcial? De acordo com Melo (2002, p.12), a subjetividade é bem-vinda no documentário. “Ao contrário do que ocorre com os gêneros jornalísticos, nos quais se busca uma suposta neutralidade ou imparcialidade, no documentário a parcialidade é bem-vinda” (Ibid., 2002, p. 12).

“Blood Money” é essencial para perceber a indústria do aborto nos Estados Unidos, onde abortar é direito constitucional da mulher desde o século passado. Mas, como se percebeu na análise, a forma como o discurso do documentário é construído perpassa, principalmente, o sensacionalismo – quer dizer, afasta-se das condições racionais que se fazem necessárias à informação – e peca pelos vazios sugestivos, pois não são consultadas pessoas contrárias à tese “pró-vida” levantada e, insistentemente, retomada.

Outro fato que se percebeu durante a análise fílmica foram argumentos políticos direcionados contra o Democratic Party, partido do qual faz parte o atual presidente dos EUA neste ano de 2015, Barack Obama, e o porquê de a ativista Alveda King conduzir o documentário: ela representa um discurso competente (Chauí, 2007) com pretensão de ser quase inquestionável. Notou-se, enfim, que não há, em todo o filme, uma personagem ou fonte especializada para comentar o feminismo e a luta pelo direito ao aborto. Então, não se questiona aqui a subjetividade do dito documentário e os argumentos nele ditos “pró-vida”, mas as estratégias textuais, imagéticas e sonoras com as quais se construiu o longa-metragem.

REFERÊNCIAS

- BLOOD Money: aborto legalizado.** Direção: David K. Kyle. Fotografia: Jeff Butler, Roman Jaquez. 78 min. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6i5m6j6ffrM>. Acessado em: 20 jul. 2014.
- BOURDIEU, P. **O poder Simbólico.** Lisboa: Difel Difusão Editorial/Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

- CARMELO, B. **Críticas Adoro Cinema do filme Blood Money - Aborto Legalizado**. Disponível em <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-185974/criticas-adorocinema/>. Acesso em 31 ago. 2014.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução: Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006. 87-151 p.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas I Marilena Chauí**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.
- CORDEIRO, R. I. de N. **Informação cinematográfica e textual: da geração à interpretação e representação de imagem e texto**. Ciência da Informação. Vol. 25, nº 3, 1996.
- GOMES, P. G. **A filosofia e a ética da comunicação na midiatização da sociedade**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2006.
- MACHADO, M. B. **Jornalismo e Perspectivas de Enunciação: uma abordagem metodológica**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, p. 1-11 janeiro/julho 2006.
- MELO, C. T. V. de, **O documentário como gênero audiovisual**. Salvador: Intercom, 2002.
- SOUSA, J. P. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Porto: Ed. Universidade Fernando Pessoa, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>. Acessado em 02 maio 2015.
- PENAFRIA, M. **Análise de Filmes: conceitos e metodologia(s)**. VI Congresso SOPCOM, Abril de 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf>. Acessado em: 02 maio 2015.
- PIMENTEL, S. **Aborto: desafios da legalidade**. Recife: Cadernos SOS Corpo. Vol. 2; 1998.
- SAL, V. **Diccionario ideológico feminista**. 1 ed. vol. 1: 240-247. Barcelona: Icaria La mirada esférica, 2000.